



R E V I S Ã O

PLANO DIRETOR

F R A N C I S C O B E L T R Ã O - P R - 2 0 1 7

VOLUME I

**PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE
FRANCISCO BELTRÃO**

VOLUME I

**INTRODUÇÃO
E
ANÁLISE DA SITUAÇÃO**

**FRANCISCO BELTRÃO / PR
2017**

I. INTRODUÇÃO

O presente documento, denominado de **Plano Diretor Municipal - Volume I**, é parte integrante de todos os produtos previstos na **Revisão e Atualização do Plano Diretor Municipal de Francisco Beltrão**, Estado do Paraná.

Este volume aborda a introdução, o histórico, a Avaliação Temática Integrada - ATI nos seus aspectos regionais, dados geofísicos, aspectos sócio-econômicos, administrativos e financeiros, legais e institucionais, da justiça e segurança, serviços urbanos e infraestrutura, mobilidade e acessibilidade, saúde, assistência social, aspectos da educação, cultura e turismo, meio ambiente, esporte e lazer.

Este documento, assim como os demais que compõem o Plano, foi elaborado com a participação dos técnicos municipais, membros de entidades representativas da sociedade e cidadãos beltronenses, em reuniões internas, oficinas temáticas e audiências públicas.

Francisco Beltrão, dezembro de 2017.

SUMÁRIO

VOLUME I - INTRODUÇÃO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO

CAP.:	ITEM:	TÍTULO:	PÁGINA:
I - INTRODUÇÃO			
		SUMÁRIO	03
1.		APRESENTAÇÃO	18
	1.1.	INTRODUÇÃO	19
	1.2.	O PLANO DIRETOR E O ESTATUDO DA CIDADE	20
	1.3.	O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	23
2.		HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	24
	2.1.	OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA REGIÃO	25
	2.2.	ORIGEM DE FRANCISCO BELTRÃO	26
	2.3.	CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FCO. BELTRÃO	35
	2.3.1	LEI DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO	35
	2.4.	INSTALAÇÃO DA COMARCA	37
	2.5.	HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA CIDADE	37
	2.6.	FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	38
	2.7.	BRASÃO DE ARMAS	40
	2.8.	BANDEIRA DO MUNICÍPIO	42
	2.9.	HINO DE FRANCISCO BELTRÃO	43
	2.10.	PREFEITOS ELEITOS	44
II - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA			
3.		ASPECTOS REGIONAIS	46
	3.1.	HISTÓRIA DO SUDOESTE DO PARANÁ	47
	3.2.	LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO SUDOESTE	48
	3.3.	DIVISÃO ADMINISTRATIVA ATUAL	48
	3.4.	REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO SUDOESTE	52
	3.5.	INFRAESTRUTURA REGIONAL	54
	3.5.1.	SISTEMA RODOVIÁRIO REGIONAL	54
	3.5.2.	SISTEMA AEROPORTUÁRIO	55
	3.5.2.1.	AEROPORTOS PÚBLICOS DO SUDOESTE	55
	3.5.2.2.	AEROPORTOS PRIVADOS DO SUDEOSTE	58
	3.5.2.3.	AEROPORTO REGIONAL DO SUDOESTE	58
	3.6.	CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA REGIONAL	61
	3.6.1.	DEMOGRAFIA	61
	3.6.1.1.	QUADRO - TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) DE 1970 A 2010	61
	3.6.1.2.	QUADRO - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DA POPULAÇÃO SEGUNDO AS CLASSES DE TAMANHO - 2010	62
	3.6.2.	ECONOMIA REGIONAL	63
	3.6.2.1.	QUADRO - PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO E PRODUTO INTERNO BRUTO	63
	3.6.3.	FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	64
	3.6.3.1.	QUADRO - RECEITAS MÉDIAS / ORIGENS DOS RECURSOS / TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	64

	3.6.4.	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	65
	3.6.4.1.	QUADRO - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO SUDOESTE DO PR	66
3.7.	SÍNTESE CDP - ASPECTOS REGIONAIS / PDM 2017		67
	3.7.1.	QUADRO - SÍNTESE CDP REGIONAL / PDM 2017	67
3.8.	PROPOSTAS DA CARTA DO SUDOESTE - 2014		68
	3.8.1.	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE	68
	3.8.2.	AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	69
	3.8.3.	SANEAMENTO RURAL E URBANO	69
	3.8.4.	EDUCAÇÃO	69
	3.8.5.	SEGURANÇA PÚBLICA	69
	3.8.6.	SAÚDE	69
	3.8.7.	FORTELECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	69
	3.8.8.	PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DO SUDOESTE	70
	3.8.9.	COMUNICAÇÃO	70
		QUADRO 3.8.10. - PRINCIPAIS PRIORIDADES	70
4.	DADOS GEOFÍSICOS		71
	4.1.	LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	72
	4.2.	LIMITES DO MUNICÍPIO COM OS MUNICÍPIOS VIZINHOS	73
	4.3.	DIVISÃO ADMINISTRATIVA ATUAL	74
	4.3.1.	QUADRO - DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO	74
	4.3.2.	QUADRO - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS URBANAS NO MUNICÍPIO	75
	4.4.	GEOMORFOLOGIA	76
	4.4.1.	RELEVO	76
	4.4.1.1.	QUADRO - CLASSE DE DECLIVIDADES - RELEVO	77
	4.4.2.	GEOLOGIA	77
	4.4.3.	SOLOS	78
	4.5.	CLIMA	79
	4.5.1.	GRÁFICO - MÉDIA MENSAL DE CHUVAS	79
	4.5.2.	MAPA / GRÁFICO - MÉDIA ANUAL DE TEMPERATURA	80
	4.5.3.	MAPA / GRÁFICO - TEMPERATURA DO TRIMESTRE MAIS QUENTE	80
	4.5.4.	MAPA / GRÁFICO - TEMPERATURA DO TRIMESTRE MAIS FRIO	81
	4.5.5.	MAPA / GRÁFICO - MÉDIA DE PRECIP. DO TRIM. MAIS CHUVOSO	81
	4.5.6.	MAPA / GRÁFICO - MÉDIA DE PRECIP. DO TRIMESTRE MAIS SECO	82
	4.5.6.	MAPA / GRÁFICO - DIREÇÃO DOS VENTOS PREDOMINANTES	82
	4.6.	BIOTA E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO	83
	4.6.1.	FAUNA	83
	4.7.	HIDROGRAFIA	84
	4.8.	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E PROGRAMAS EM ANDAMENTO	85
	4.8.1.	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO	85
	4.8.2.	PROGRAMAS EM ANDAMENTO	86
	4.9.	MAPA - SÍNTESE DO MEIO NATURAL / PARANÁ	86
5.	ASPECTOS SÓCIO ECONÔMICOS		87
	5.1.	DADOS GERAIS	88
	5.2.	DADOS DEMOGRÁFICOS	89

	5.2.1.	QUADRO - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	90
	5.2.2.	GRÁFICO - PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE FRANCISCO BELTRÃO	90
	5.2.3.	QUADRO - POPULAÇÃO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA	90
	5.2.4.	FIGURA - PIRÂMIDE DAS FAIXAS ETÁRIAS	91
	5.2.5.	QUADRO - DENSIDADE DOS DOMICÍLIOS POR SETOR CENSITÁRIO	92
	5.2.6.	QUADRO - PESSOAS ALFABETIZADAS COM MAIS DE 10 ANOS POR SETOR	93
	5.2.7.	QUADRO - RENDA DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO	93
	5.2.8.	QUADRO - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, IMPROVISADOS E COLETIVOS	93
	5.2.9.	QUADRO - RENDA DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO - 2010	96
	5.2.10.	QUADRO - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, IMPROVISADOS E COLETIVOS – 2010	98
5.3.	IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO		100
	5.3.1.	DESENVOLVIMENTO HUMANO	100
		5.3.1.1. QUADRO - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL / LONGEVIDADE / ANOS DE ESTUDO E RENDA PER CAPITA	100
		5.3.1.2. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)	101
		5.3.1.3. MUNICÍPIOS DO PR DISTRIBUÍDOS PELAS FAIXAS DO IDH-M	101
5.4.	ELEITORADO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA		102
	5.4.1.	QUADRO - ELEITORES SEGUNDO O SEXO E FAIXA ETÁRIA - 2016	102
	5.4.2.	ZONAS ELEITORAIS - 2016	102
5.5.	PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA / CADASTRO ÚNICO		103
	5.5.1.	FREQUÊNCIA ESCOLAR	103
	5.5.2.	CADASTRO ÚNICO	104
5.6.	HABITAÇÃO		106
	5.6.1.	INDICADORES DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO	106
	5.6.2.	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	109
		5.6.2.1. PMCMV - ENTIDADES (PULVERIZADAS)	107
		5.6.2.2. BENEFICIÁRIOS	107
		5.6.2.3. MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	107
		5.6.2.4. EXECUÇÃO DA OBRA	107
	5.6.3.	COHAPAR - COMPANHIA HABITACIONAL DO PARANÁ	108
	5.6.4.	CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE FCO. BELTRÃO - CMH	109
	5.6.5.	PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	110
	5.6.6.	DÉFICIT HABITACIONAL DO MUNICÍPIO	111
		5.6.6.1. QUADRO - DÉFICIT HABITACIONAL DE 2000 ATUAL. P/ 2009	111
		5.6.6.2. QUADRO - DÉFICIT DO PLHIS - PLANO LOCAL DE INTERESSE SOCIAL	111
		5.6.6.3. QUADRO - OCUPAÇÕES IRREGULARES EM TERRENOS PÚBLICOS - 2017	112
5.7.	EMPREGO		113
	5.7.1.	OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO	113
		5.7.1.1. QUADRO - OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS	113
	5.7.2.	AGÊNCIA DO TRABALHADOR	113
	5.7.3.	INFORMAÇÕES ECONÔMICAS	114
		5.7.3.1. QUADRO - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E OCUPADOS	114

		5.7.3.2.	PESSOAS OCUPADAS POR SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO TRABALHO PRINCIPAL	115
5.8.	PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO			116
5.9.	PIB E RENDA PER CAPITA			116
5.10.	VALOR ADICIONADO			116
	5.10.1.	QUADRO - VALOR ADICIONADO BRUTO - ATIVIDADES / 2014		116
	5.10.2.	QUADRO - VALOR ADICIONADO FISCAL - ATIVIDADES / 2015		117
5.11.	EMPRESAS POR RAMO DE ATIVIDADE			117
	5.11.1.	QUADRO - ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS POR ATIVIDADE		117
5.12.	LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL			119
5.13.	PARQUES INDUSTRIAIS			119
	5.13.1.	MAPA - LOCALIZAÇÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS EXISTENTES		119
	5.13.2.	DISTRITO INDUSTRIAL ULDERICO SABADIN / BAIRRO P. ULRICO		120
		5.13.2.1.	QUADRO - RELAÇÃO DA EMPRESAS ESTABELECIDAS - DIUS	120
	5.13.3.	DISTRITO INDUSTRIAL ROMANO ZANCHET / BAIRRO P. ULRICO		121
		5.13.3.1.	QUADRO - RELAÇÃO DA EMPRESAS ESTABELECIDAS - DIRZ	121
	5.13.4.	DISTRITO INDUSTRIAL DANTE MANFROI / S. BÁRBARA		121
		5.13.4.1.	QUADRO - RELAÇÃO DA EMPRESAS ESTABELECIDAS - DIDM	121
	5.13.5.	DISTRITO INDUSTRIAL CONAB / BAIRRO CANGO		122
		5.13.5.1.	QUADRO - RELAÇÃO DA EMPRESAS ESTABELECIDAS - DIC	122
	5.13.6.	DISTRITO INDUSTRIAL IRINEU MONTEMEZZO / BAIRRO SADIA		122
		5.13.5.1.	QUADRO - RELAÇÃO DA EMPRESAS ESTABELECIDAS - DIIM	122
5.14.	COOPERATIVAS			124
	5.14.1.	COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO		124
	5.14.2.	COOPERATIVAS DE SERVIÇOS		124
	5.14.3.	COOPERATIVAS DE TRANSPORTES		124
	5.14.4.	COOPERATIVAS DE CRÉDITO		124
	5.14.5.	COOPERATIVAS MÉDICAS		124
	5.14.6.	COOPERATIVAS HABITACIONAIS		124
	5.14.7.	CENTRAIS DE COOPERATIVAS		124
5.15.	AGROPECUÁRIA			125
	5.15.1.	ESTRUTURA FUNDIÁRIA		125
		5.15.1.1.	QUADRO - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - 2006	125
		5.15.1.2.	QUADRO - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - 1996 / 2006	125
	5.15.2.	AGRICULTURA		126
		5.15.2.1.	QUADRO - ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PRODUZIDA E VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS - 2015	126
	5.15.3.	AVICULTURA		127
		5.15.3.1.	QUADRO - QUANTIDADE DE AVIÁRIOS NO MUNICÍPIO - 2017	127
	5.15.4.	PECUÁRIA		127
		5.15.4.1.	QUADRO - EFETIVO DO REBANHO NO MUNICÍPIO - 2015	127
	5.15.5.	BOVINOCULTURA DE LEITE		128
		5.15.5.1.	QUADRO - REBANHO DE VACAS E PRODUÇÃO DE LEITE EVOLUÇÃO ANUAL	128
	5.15.6.	AGROINDÚSTRIAS		129
		5.15.6.1.	QUADRO - NÚMERO DE AGROINDÚSTRIAS COM SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - S.I.M.	129
		5.15.6.2.	QUADRO - PRODUTOS POR NÚMERO DE ESTABELECIMENTO E NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	129
5.16.	ÓRGÃOS E ENTIDADES DE APOIO A EMPRESAS,			130

		TRABALHADORES E PRODUTORES RURAIS	
5.17.		SISTEMA BANCÁRIO, FINANCEIRO E COOPERATIVAS DE CRÉDITO	131
	5.17.1.	AGÊNCIAS BANCÁRIAS	131
		5.17.1.1. QUADRO - POSTOS DE ATENDIMENTO DE INSTITUÇÕES BANCÁRIAS - 2016	132
	5.17.2.	FINANCEIRAS	132
	5.17.1.	COOPERATIVAS DE CRÉDITO	132
6.		ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS	134
6.1.		ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	135
6.2.		ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	138
	6.2.1.	ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	138
	6.2.2.	ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA	138
	6.2.3.	ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO	138
	6.2.4.	ORGANOGRAMA FUNCIONAL	139
	6.2.5.	NATUREZA E HIERARQUIA DOS ÓRGÃOS	140
		6.2.5.1. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA	140
		6.2.5.2. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	140
6.3.		RECURSOS HUMANOS	141
	6.3.1.	COMPOSIÇÃO POR GRUPO OPERACIONAL	141
6.4.		ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS	142
	6.4.1.	ASPECTOS LEGAIS	142
	6.4.2.	ASPECTOS INSTITUCIONAIS	144
6.5.		FINANÇAS MUNICIPAIS	145
	6.5.1.	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	145
	6.5.2.	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	145
	6.5.3.	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO	146
6.6.		DEMONSTRATIVO DE RECEITAS	148
	6.6.1.	QUADRO - RECEITAS MUNICIPAIS POR CATEGORIA - 2016	148
	6.6.2.	QUADRO - TRANSF. CORRENTES MUNICIPAIS POR ORIGEM - 2016	149
	6.6.3.	QUADRO - DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES - 2016	149
	6.6.4.	QUADRO - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 2016	149
6.7.		DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	150
	6.7.1.	QUADRO - DESPESAS MUNICIPAIS - 2016	150
6.8.		LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	151
	6.8.1.	QUADRO - COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA - 2016	151
	6.8.2.	QUADRO - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2016	151
	6.8.3.	QUADRO - DEM. DE GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS - 2016	151
	6.8.4.	QUADRO - DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM EDUCAÇÃO - 2016	152
	6.8.5.	QUADRO - DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM O FUNDEB - 2016	152
	6.8.6.	QUADRO - DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM A SAÚDE - 2016	152
	6.8.7.	QUADRO - DEM. DAS DESP. REALIZADAS POR SECRETARIA - 2016	152
	6.8.8.	QUADRO - PODER LEGISLATIVO	153
	6.8.9.	QUADRO - DESPESA POR CATEGORIA / PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL EMPENHADO - 2016	153
	6.9.10.	QUADRO - DEM. DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO EM - 31.12.2016	153
7.		ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS	156
7.1.		ASPECTOS LEGAIS	157

7.2.	ASPECTOS INSTITUCIONAIS	159
7.3.	ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO MUNICÍPIO DE F. BELTRÃO	160
7.4.	INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA	166
	7.4.1. PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS	166
	7.4.2. DIREITO DE PREEMPÇÃO	166
	7.4.3. IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO	166
	7.4.4. OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR	167
	7.4.5. TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR	168
	7.4.6. OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	168
	7.4.7. ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA	168
	7.4.8. MONITORAMENTO E CONTROLE DO PLANO DIRETOR	168
7.5.	USO DO SOLO URBANO	169
	7.5.1. EVOLUÇÃO DOS PARCELAMENTOS URBANOS	169
	7.5.2. PARCELAMENTOS DO SOLO	170
	7.5.3. DIVISÃO DA CIDADE POR BAIRROS	170
	7.5.3.1. MAPA - DIVISÃO DA CIDADE EM BAIRROS	171
	7.5.4. ZONEAMENTO	172
	7.5.5. CÓDIGO DE OBRAS	172
7.6.	USO DO SOLO RURAL	172
8.	ASPECTOS DA JUSTIÇA E SEGURANÇA	173
8.1.	ASPECTOS DA JUSTIÇA	174
	8.1.1. JUSTIÇA ESTADUAL	174
	8.1.2. PROMOTORIA PÚBLICA ESTADUAL	175
	8.1.3. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ - FCO. BELTRÃO	176
	8.1.4. PROCURADORIA REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO	176
	8.1.4.1. PROCURADORIA REGIONAL - COMARCAS E MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	177
	8.1.5. JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS	177
	8.1.6. CONSELHO TUTELAR	179
8.2.	ASPECTOS DA JUSTIÇA FEDERAL	180
	8.2.1. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL	180
	8.2.1.1. VARAS DO TRF 4ª REGIÃO - SJP - SUBSEÇÃO DE F. BELTRÃO	180
	8.2.2. JUSTIÇA DO TRABALHO - TRT	182
	8.2.3. JUSTIÇA ELEITORAL - TRE	182
	8.2.4. PROMOTORIA PÚBLICA FEDERAL	183
8.3.	ASPECTOS DA SEGURANÇA PÚBLICA	184
	8.3.1. POLÍCIA MILITAR	184
	8.3.1.1. 21º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	184
	8.3.1.2. 3º PELOTÃO DA 6ª COMPANHIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA	189
	8.3.1.3. 3º PELOTÃO DA 4ª COMPANHIA DE POLÍCIA AMBIENTAL	189
	8.3.2. POLÍCIA CIVIL	190
	8.3.2.1. 19ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FRANCISCO BELTRÃO	190
	8.3.2.2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 19ª SUBDIVISÃO POLICIAL	190
	8.3.2.3. UNIDADES POLICIAIS EM FRANCISCO BELTRÃO E REGIÃO	191
	8.3.2.4. DELEGACIA DA MULHER	193
	8.3.2.5. CADEIA PÚBLICA	194
	8.3.2.6. PATRONATO	194

	8.3.3.	PRESÍDIO ESTADUAL	195
	8.3.4.	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	196
	8.3.5.	INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA	197
	8.3.6.	INSTITUTO MÉDICO LEGAL	198
	8.3.7.	CORPO DE BOMBEIROS	200
	8.3.7.1.	3º SBI - SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS INDEPENDENTE	200
	8.3.7.2.	POSTOS DE ATENDIMENTO E ABRANGÊNCIA	201
	8.3.7.3.	OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELO CORPO DE BOMBEIROS	202
	8.3.7.4.	ÁREA DE ATUAÇÃO DO 3º SUBGRUPAMENTO	202
	8.3.7.5.	SIATE - SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO	202
	8.3.8.	DEFESA CIVIL	204
8.4.	ASPECTOS DA SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL		208
	8.4.1.	UNIDADES DAS FORÇAS ARMADAS	208
	8.4.1.1.	EXÉRCITO - 16º ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO	209
9.	SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA		211
9.1.	SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS		212
9.2.	ASPECTOS DO SANEAMENTO BÁSICO		214
	9.2.1.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	214
	9.2.1.1.	QUADRO - ABAST. DE ÁGUA POR CATEGORIAS - 2016	214
	9.2.1.2.	QUADRO - CONSUMO DE ÁGUA FATURADO E MEDIDO - 2016	214
	9.2.1.3.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS DISTRITOS	215
	9.2.2.	ESGOTO SANITÁRIO	215
	9.2.2.1.	QUADRO - ATEND. ESGOTO SEGUNDO A CATEGORIA - 2016	215
9.3.	ASPECTOS DA ENERGIA ELÉTRICA		216
	9.3.1.	NÚMERO DE LIGAÇÕES PREDIAIS	216
	9.3.1.1.	QUADRO - CONSUMO E NÚMERO DE CONSUMIDORES - 2016	216
	9.3.2.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	217
9.4.	INFRAESTRUTURA URBANA		209
	9.4.1.	REDE VIÁRIA URBANA	218
	9.4.2.	PAVIMENTAÇÃO	219
	9.4.3.	VARRIÇÃO E LIMPEZA URBANA	219
9.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS		220
	9.5.1.	COLETA DO LIXO DOMICILIAR	220
	9.5.2.	LIXO TÓXICO HOSPITALAR	220
	9.5.3.	ECOLIXO	220
	9.5.4.	ATERRO SANITÁRIO	221
	9.5.5.	PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS	221
	9.5.6.	RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	222
9.6.	ASPECTOS DAS COMUNICAÇÕES		224
	9.6.1.	EMISSORAS DE RÁDIOS	224
	9.6.1.1.	RELAÇÃO DAS EMISSORAS DE RÁDIO	224
	9.6.2.	EMISSORAS, REPETIDORAS E SUCURSAIS DE TELEVISÃO	224
	9.6.2.1.	RELAÇÃO DAS EMISSORAS DE TELEVISÃO	224
	9.6.3.	TELEFONIA	225
	9.6.3.1.	TELEFONIA FIXA	225
	9.6.3.2.	TELEFONIA MÓVEL	225
	9.6.4.	JORNAIS E REVISTAS	226

		9.6.4.1.	QUADRO - JORNAIS E REVISTAS PUBLICADOS - F. BELTRÃO	226	
		9.6.5.	AGÊNCIAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS	226	
		9.6.6.	PROVEDORAS DE INTERNET	227	
10.	ASPECTOS DA MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE			228	
	10.1.	MOBILIDADE URBANA		229	
	10.2.	MOBILIDADE URBANA EM FRANCISCO BELTRÃO		233	
		10.2.1.	SISTEMA VIÁRIO	233	
			10.2.1.1.	QUADRO - CLASSIFICAÇÃO DAS VIAS DO SISTEMA VIÁRIO	235
			10.2.1.2.	QUADRO - DIMENSIONAMENTO DAS VIAS	237
		10.2.2.	PAVIMENTAÇÃO	238	
		10.2.3.	ESTRADAS RURAIS	239	
		10.2.4.	ESTRUTURA INSTITUCIONAL	242	
	10.3.	TRÂNSITO		244	
		10.3.1.	CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS	244	
		10.3.2.	HIERÁRQUIA VIÁRIA	244	
			10.3.2.1.	QUADRO - SÍNTESE DA HIERÁRQUIA VIÁRIA	245
		10.3.3.	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	246	
			10.3.3.1.	QUADRO - TRAÇADO BÁSICO DO SISTEMA VIÁRIO	246
	10.4.	FROTA DE VEÍCULOS		248	
		10.4.1.	QUADRO - COMPOSIÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS - 2006 → 2017	248	
		10.4.2.	QUADRO - DISTRIBUIÇÃO DA FROTA POR TIPO DE VEÍCULO	249	
		10.4.2.	ÍNDICE DE MOTORIZAÇÃO	249	
		10.4.3.	ACIDENTES DE TRÂNSITO	249	
		10.4.4.	ÁREAS ESPECIAIS E FLUXOS DE PEDESTRES	250	
		10.4.5.	CALÇADAS EXISTENTES	251	
	10.5.	DEBETAN - DEPARTAMENTO BELTRONENSE DE TRÂNSITO		253	
		10.5.1.	ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO - FAIXA AZUL	253	
			10.5.1.1.	QUADRO - LOCAIS DE ESTACIONAMENTO REGULAMENTADO	254
		10.5.2.	SINALIZAÇÃO VIÁRIA IMPLANTADA	255	
			10.5.2.1.	QUADRO - LOCAL. DOS EQUIPAMENTOS SEMAFÓRICOS	256
			10.5.2.2.	QUADRO - LOCALIZAÇÃO DAS ROTATÓRIAS	258
			10.5.2.3.	QUADRO - LOCAL. DOS RADARES E LOMBADAS ELETRÔNICAS	258
		10.5.3.	ENGENHARIA DE TRÁFEGO	259	
		10.5.4.	PROJETOS E AÇÕES DE TRÂNSITO	260	
		10.5.5.	JARI - JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO	260	
		10.5.6.	CENTRAL DE MONITORAMENTO	261	
		10.5.7.	ESTATÍSTICAS	261	
		10.5.8.	PÓLOS GERADORES DE TRÁFEGO	261	
	10.6.	ASPECTOS DO TRANSPORTE		263	
		10.6.1.	TRANSPORTE COLETIVO URBANO - TCU	263	
			10.6.1.1.	DEMANDA DE PASSAGEIROS - SISTEMA ANTIGO	269
			10.6.1.2.	LINHAS E ITINERÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO	270
			10.6.1.3.	ESQUEMA BÁSICO DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO	271
		10.6.2.	TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS	275	
		10.6.3.	TRANSPORTE ESCOLAR	278	
		10.6.4.	SERVIÇO DE TÁXI	279	
		10.6.5.	SERVIÇO DE MOTO-TÁXI	281	

	10.6.6.	TRANSPORTE DE CARGA	284
	10.6.6.1.	VIAS PARA O TRÁFEGO DE CARGA SEGUNDO A HIERÁRQUIA	284
	10.6.6.1.	VIAS PARA O TRÁFEGO DE CARGA SEGUNDO O PLANO DE SINALIZAÇÃO URBANA	285
	10.6.7.	TRANSPORTE ÁEREO	287
	10.6.7.1.	AEROPORTO MUNICIPAL	287
10.7.	ASPECTOS DA ACESSIBILIDADE		289
	10.7.1.	DIRETRIZES MUNICIPAIS	289
	10.7.2.	ESPAÇOS PÚBLICOS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS URBANOS	291
	10.7.3.	CALÇADAS - PROPOSTA	291
10.8.	SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO - MOBILIDADE		294
	10.8.1.	QUADRO - AVALIAÇÃO TEMÁTICA DO SISTEMA VIÁRIO	294
	10.8.2.	SÍNTESE CPD - MOBILIDADE	295
11.	ASPECTOS DA SAÚDE		296
11.1.	ASPECTOS DA SAÚDE NO MUNICÍPIO		297
11.2.	OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		297
11.3.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECR. MUNICIPAL DE SAÚDE		298
	11.3.1.	ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	299
	11.3.2.	RECURSOS HUMANOS	300
	11.3.3.	PROCEDIMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA	301
	11.3.3.1.	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À SAÚDE	301
	11.3.4.	UNIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE	303
	11.3.4.1.	QUADRO - CAPACIDADE INSTALADA DA REDE MUNICIPAL	303
	11.3.5.	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	304
	11.3.6.	REDE AMBULATORIAL ESPECIALIZADA	304
	11.3.6.1.	QUADRO - UNIDADES ESPECIALIZADAS	304
	11.3.7.	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NÃO GOVERNAMENTAIS - CONVÊNIO	305
	11.3.7.1.	QUADRO - PRESTADORES DE SERVIÇOS CREDENCIADOS	305
	11.3.8.	REDE HOSPITALAR	306
	11.3.8.1.	QUADRO - REDE HOSPITALAR NO MUNICÍPIO	306
	11.3.8.2.	QUADRO - LEITOS HOSPITALARES POR CATEGORIA	307
11.4.	PROGRAMAS NA ÁREA DA SAÚDE		309
	11.4.1.	SAÚDE PREVENTIVA	309
	11.4.2.	COMBATE A ENDEMIAS	309
	11.4.3.	ENFERMAGEM	309
11.5.	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		310
11.6.	INDICADORES		312
	11.6.1.	QUADRO - INFORMAÇÕES SOBRE NASCIMENTOS	312
	11.6.2.	QUADRO - MORTALIDADE - CAUSAS / COEFICIENTES	312
	11.6.3.	QUADRO - INDICADORES DE MORTALIDADE	313
	11.6.4.	QUADRO - COBERTURA VACINAL POR TIPO DE IMUNOBIOLOGICO	313
11.7.	ÓRGÃOS E ENTIDADES NA ÁREA DE SAÚDE - MUNICÍPIO		314
	11.7.1.	SESA - 8ª REGIONAL DE SAÚDE	314
	11.7.2.	ARSS - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO SUDOESTE	314
	11.7.3.	CRE - CENTRO REGIONAL DE ESPECIALIDADES	314
	11.7.4.	CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL	319
	11.7.5.	ÓRTESE E PRÓTESE	322

	11.7.6.	REDE MÃE PARANAENSE	323
	11.7.7.	HEMOCENTRO - HEMONÚCLEO REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO	326
	11.7.8.	CRESEMS - FRANCISCO BELTRÃO	327
	11.7.9.	SAMU 192 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA	328
	11.7.9.	LINKS - INFORMAÇÕES DA SAÚDE	329
12.	ASPECTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		330
12.1.	ASSISTÊNCIA SOCIAL		331
12.2.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		332
	12.2.1.	AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS CRAS	333
12.3.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		336
12.4.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		338
	12.4.1.	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	338
	12.4.2.	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	338
	12.4.3.	CARACTERIZAÇÃO DEMOCRÁTICA E JUVENTUDE NEGRA	339
		12.4.3.1. POP. MUNICIPAL POR FAIXA ETÁRIA E RAÇA/COR - 2010	339
	12.4.4.	VULNERABILIDADE À VIOLÊNCIA	340
	12.4.5.	JUVENTUDE E EDUCAÇÃO	340
		12.4.5.1. PORCENTAGEM DE JOVENS NEGROS EM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE E EOCUPAÇÃO - 2010	340
	12.4.6.	JUVENTUDE E MUNDO DO TRABALHO E RENDA	341
12.5.	REDE DE ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAL		342
	12.5.1.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MUNICIPAL	342
	12.5.2.	SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENV. SOCIAL	342
12.6.	ÓRGÃOS PÚBLICOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		343
	12.6.1.	QUADRO - ENTIDADES ATENDIDAS PELA SMAS	343
12.7.	ASSISTÊNCIA NÃO GOVERNAMENTAL		344
	12.7.1.	QUADRO - ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA NÃO GOVERNAMENTAL	344
12.8.	PLANEJAMENTO PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS - PROPOSTAS		345
12.9.	LINKS SOBRE INFORMAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		353
13.	ASPECTOS DA EDUCAÇÃO		354
13.1.	ASPECTOS EDUCACIONAIS		355
13.2.	FINALIDADE DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE ENSINO		355
	13.2.1.	EDUCAÇÃO INFANTIL	356
		13.2.1.1. QUADRO - RELAÇÃO DAS CMEI's POR BAIRROS	357
		13.2.1.2. QUADRO - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NAS CRECHES	357
		13.2.1.3. QUADRO - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NAS PRÉ-ESCOLAS	357
		13.2.1.4. QUADRO - NÚMERO DE CRIANÇAS NASCIDAS E RESIDENTES	358
		13.2.1.5. QUADRO - NÚMERO DE CRIANÇAS CADASTRADAS - VAGAS	358
		13.2.1.6. QUADRO - NÚMERO DE CRIANÇAS - FAIXA ETÁRIA	358
		13.2.1.7. QUADRO - RELAÇÃO CRIANÇAS X PROFESSOR	358
		13.2.1.8. QUADRO - RELAÇÃO PROFESSOR X CRIANÇA DO MUNICÍPIO	359
		13.2.1.9. QUADRO - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EFETIVOS	359
		13.2.1.10. QUADRO - ESCOLARIZAÇÃO - PROFESSORES E ESTAGIÁRIOS	360
	13.2.2.	ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL	360
		13.2.2.1. QUADRO - RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	362
	13.2.3.	EDUCAÇÃO INTEGRAL	363
		13.2.3.1. QUADRO - ALUNOS MATRICULADOS - TEMPO INTEGRAL	363

		13.2.3.2.	QUADRO - ALUNOS MATRICULADOS - MAIS EDUCAÇÃO	364
	13.2.4.	ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - NÍVEL ESTADUAL		364
		13.2.4.1.	QUADRO - MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	365
		13.2.4.2.	QUADRO - DEMANDA DE PROFESSORES REGENTES	366
		13.2.4.3.	QUADRO - FUNCIONÁRIOS DE SERVIÇOS GERAIS - LIMPEZA	366
		13.2.4.4.	QUADRO - FUNCIONÁRIOS DE SERVIÇOS GERAIS - COZINHA	367
		13.2.4.5.	QUADRO - FUNCIONÁRIOS - SECRETARIA ESCOLAR	367
		13.2.4.6.	QUADRO - PARTIC. E ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES	367
		13.2.4.7.	QUADRO - RELAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS NO MUNICÍPIO	370
	13.2.5.	ENSINO MÉDIO		371
		13.2.5.1.	QUADRO - ATENDIMENTO DO ENSINO REGULAR	372
		13.2.5.2.	QUADRO - DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS	372
		13.2.5.3.	QUADRO - INDICADORES DE MATRÍCULAS	372
		13.2.5.4.	QUADRO - CAUSA DE EVASÃO - 2010 A 2014	374
		13.2.5.5.	QUADRO - ESTRATÉGIAS ADOTADAS - DIMINUIR A EVASÃO	374
		13.2.5.6.	QUADRO - ATIVIDADES OFERECIDAS PELA ESCOLA	374
		13.2.5.7.	QUADRO - ATIVIDADES ESPORTIVAS PRATICADAS	375
		13.2.5.8.	QUADRO - FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE E DE SUPORTE	375
		13.2.5.9.	QUADRO - FORMAÇÃO DOS AUXILIARES - ADM. E SERVIÇOS	375
	13.2.6.	EDUCAÇÃO ESPECIAL		376
		13.2.6.1.	QUADRO - ALUNOS INCLUSOS NAS SALAS REGULARES - 2014	378
		13.2.6.2.	QUADRO - RECURSOS TÉCNOLÓGICOS E MATERIAIS EM USO	379
		13.2.6.3.	QUADRO - RELAÇÃO DAS ESCOLAS COM EDUCAÇÃO ESPECIAL	379
	13.2.7.	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		380
		13.2.7.1.	QUADRO - OFERTA DE EDUCAÇÃO POR PROGRAMAS - EJA	380
		13.2.7.2.	QUADRO - OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	380
		13.2.7.3.	QUADRO - RELAÇÃO DAS ESCOLAS DE JOVENS E ADULTOS	381
	13.2.8.	EDUCAÇÃO NO CAMPO		381
		13.2.8.1.	QUADRO - ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO POR PERÍODOS	381
	13.2.9.	ESCOLAS PARTICULARES		383
		13.2.9.1.	QUADRO - RELAÇÃO DAS ESCOLAS PARTICULARES	383
13.3.	ENSINO SUPERIOR			384
	13.3.1.	ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO - SITUAÇÃO ATUAL / 2017		384
		13.3.1.1.	QUADRO - CURSOS OFERECIDOS PELAS IES DO MUNICÍPIO	385
		13.3.1.2.	QUADRO - INST. DE ENSINO SUPERIOR POR DEPENDÊNCIA	386
		13.3.1.3.	QUADRO - ALUNOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	387
		13.3.1.4.	QUADRO / GRÁFICO - QUADRO GERAL DO CORPO DOCENTE	387
	13.3.2.	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO - COMO ERA EM 2002		390
		13.3.2.1.	QUADRO - IES NO MUNICÍPIO POR DEPENDÊNCIA EM 2002	390
		13.3.2.2.	QUADRO - ALUNOS POR DEP. ADMINISTRATIVA EM 2002	391
13.4.	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL			392
	13.4.1.	TRANSPORTE ESCOLAR URBANO		392
	13.4.2.	TRANSPORTE ESCOLAR RURAL		393
13.5.	ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO			394
	13.5.1.	NRE - NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE FRANCISCO BELTRÃO		394
13.6.	METAS PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS			395
13.7.	LINKS - INFORMAÇÕES DE EDUCAÇÃO			398

14.	ASPECTOS DA CULTURA E TURISMO		399
	14.1.	ASPECTOS DA CULTURA NO MUNICÍPIO	400
	14.2.	ATIVIDADES CULTURAIS	400
	14.2.1.	MÚSICA	400
	14.2.2.	TEATRO	401
	14.2.3.	ARTES VISUAIS	401
	14.2.4.	DANÇA	402
	14.2.5.	LITERATURA	403
	14.3.	ESPAÇOS CULTURAIS	405
	14.3.1.	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	405
	14.3.2.	BIBLIOTECA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	406
	14.3.3.	MUSEU DA COLONIZAÇÃO	406
	14.3.4.	ESPAÇO DA ARTE E TEATRO MUNICIPAL EUNICE SARTORI	407
	14.3.5.	TEATRO UNISEP	409
	14.3.6.	AUDITÓRIOS PÚBLICOS E PRIVADOS	410
		14.3.6.1. RELAÇÃO DOS AUDITÓRIOS NO MUNICÍPIO	410
	14.3.7.	CINEMAS	410
	14.4.	TRADIÇÕES CULTURAIS	411
	14.4.1.	FESTAS RELIGIOSAS	412
	14.4.2.	FESTAS ÉTNICAS E FOLCLÓRICAS	413
	14.4.3.	GASTRONOMIA TÍPICA	413
	14.4.4.	CENTROS DE TRADIÇÕES GAÚCHAS	414
	14.5.	ASPECTOS DO TURISMO	415
	14.5.1.	PONTOS PARA VISITAÇÃO	415
	14.5.2.	LOCAIS PARA EVENTOS	423
	14.5.3.	PRINCIPAIS EVENTOS	425
	14.5.4.	TURISMO RURAL	430
	14.5.5.	ARTESANATO	432
15.	ASPECTOS DO ESPORTE E LAZER		433
	15.1.	ASPECTOS DO ESPORTE	434
	15.2.	ESPAÇOS DE ESPORTE	435
	15.2.1.	QUADRO - ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL	435
	15.2.2.	QUADRO - GINÁSIOS DE ESPORTE E QUADRAS COBERTAS	436
	15.2.3.	QUADRO - GINÁSIOS E QUADRAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	437
	15.2.4.	QUADRO - ATI's - ACADEMIAS DE TERCEIRA IDADE	439
	15.3.	EVENTOS DE ESPORTE E LAZER	440
	15.4.	CLUBES ESPORTIVOS E RECREATIVOS NO MUNICÍPIO	440
	15.5.	ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS	441
16.	ASPECTOS DO MEIO AMBIENTE		442
	16.1.	INTRODUÇÃO	443
	16.2.	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO	444
	16.3.	PROGRAMAS EM ANDAMENTO	445
	16.4.	ÁREAS VERDES	446
	16.4.1.	PARQUES E BOSQUES	446
		16.4.1.1. PARQUE ALVORADA	446
		16.4.1.2. PARQUE BOA VISTA	447
		16.4.1.3. PARQUE AMBIENTAL DA CIDADE NORTE	448

		16.4.1.4.	PARQUE IRMÃO CIRILO / HORTO FLORESTAL	449
		16.4.1.5.	PARQUE MINIGUAÇU / PARQUE DE EXPOSIÇÕES	451
		16.4.1.6.	PARQUE LAGO DAS TORRES / PARQUE PADRE ULRICO	452
		16.4.1.7.	PARQUE MÃE NATUREZA	453
	16.4.2.	PRAÇAS		455
		16.4.2.1.	QUADRO - NOME E LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS NA CIDADE	456
	16.5.	ENCHENTES		457
	16.5.1.	O RIO MARRECCAS E SUA BACIA HIDROGRÁFICA		464
	16.5.2.	PLANO DE CONTENÇÃO DE CHEIAS - 2012		465
	16.5.3.	PLANO DE CONTENÇÃO DE CHEIAS - 2017		466

OBSERVAÇÃO:

O SUMÁRIO DO

VOLUME II

**AVALIAÇÃO TEMÁTICA
PROPOSTAS
PLANO DE AÇÃO**

ENCONTRA-SE NA INTRODUÇÃO DO VOLUME II

**O Plano Diretor Municipal de Francisco Beltrão 2017
divide-se em QUATRO VOLUMES e SEIS partes:**

VOLUME 1

I - INTRODUÇÃO

II - ANÁLISE DA SITUAÇÃO

VOLUME 2

III - AVALIAÇÃO TEMÁTICA

IV - PROPOSTAS

V - PLANO DE AÇÃO

VOLUME 3

VI - LEGISLAÇÃO

VOLUME 4

VII - MAPAS TEMÁTICOS



R E V I S Ã O

PLANO DIRETOR

F R A N C I S C O B E L T R Ã O - P R - 2 0 1 7

1. APRESENTAÇÃO

1.1. INTRODUÇÃO AO PLANO DIRETOR

As origens da antiga Marrecas, como se chamava a vila que se transformou na atual Francisco Beltrão, resultou de um processo de ocupação territorial, iniciado a 70 anos, com a instalação de um órgão federal instituído com a finalidade de demarcar e doar áreas de terras devolutas aos colonos oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, na chamada "Marcha para o Oeste", política de colonização do então presidente Getúlio Vargas.

Não demorou muito para que a vila recebesse mais e mais moradores, que chegavam a esta região diariamente, a espera de receber sua tão sonhada área para plantar. A chegada desta população demandava moradias e serviços, surgindo moradias e casas de comércio. No início toscas construções de madeira.

Dois proprietários aquém do Rio Marrecas, uniram-se e decidiram arruar o lotear as suas áreas, surgindo então o traçado que marca a região central da cidade. Lotes eram vendidos e surgiam novas construções, sempre em madeira porque o pinheiro era abundante.

Rapidamente a vila foi se transformando numa pequena cidade, ruas de terra, sem iluminação, quase sem nada, mas com tudo o que temos de melhor hoje, nossa gente. Seu progresso era tão acelerado que logo foi elevado à categoria de município, Francisco Beltrão.

Passadas sete décadas e hoje nos orgulhamos de morar num lugar que está sempre incluída no rol daquelas com os melhores indicadores do país. Fruto dos pioneiros e das pessoas que aqui chegaram e continuam chegando para construir este município e esta cidade, liderança regional e destaque no estado.

Este trabalho tem por finalidade pesquisar, identificar, avaliar e dimensionar a evolução de todos os seus segmentos produtivos e sociais, acumular conhecimento, identificar potencialidades e carências, encaminhar proposições e propostas para a construção de um futuro melhor para nossa gente e registrando avanços permanentes.

1.2. O PLANO DIRETOR E O ESTATUTO DA CIDADE

A Lei nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade, publicada no Diário Oficial da União em 10 de julho de 2001 veio regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana e instituindo os instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, da defesa da função social da propriedade urbana.

Os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor são:

- Da função social da propriedade;
- Do desenvolvimento sustentável;
- Das funções sociais da cidade;
- Da igualdade e da justiça social
- Da participação popular.

No seu art. 2º estabelece as diretrizes gerais que deverão nortear a política urbana:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- Gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
- A retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deteriorização das áreas urbanizadas;
- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenham resultado a valorização de imóveis urbanos, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação sócio econômica da população e as normas ambientais.

O Estatuto da Cidade define o Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão da cidade e considera que "o Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas" (art.40 §1º).

O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. O Plano

Diretor parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, que embasa a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização.

O objetivo do Plano Diretor não é resolver todos os problemas da cidade, mas atuar como um instrumento para a definição de uma estratégia para a intervenção imediata, estabelecendo poucos e claros princípios de ação para o conjunto dos agentes envolvidos na construção da cidade, servindo de base para a gestão pactuada da cidade.¹

Estabelece que o Plano Diretor deverá englobar todo o território do município e é obrigatório para cidades onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no §4º do art. 182 da Constituição Federal.

¹ Texto extraído do documento *Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos*

Das possibilidades abertas pela legislação são destaques:

- parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano não edificado;
- direito de superfície;
- IPTU progressivo no tempo;
- desapropriação com pagamento em títulos;
- usucapião especial do imóvel urbano;
- direito de preempção;
- outorga onerosa do direito de construir;
- operações urbanas consorciadas;
- transferência do direito de construir;
- estudo de impacto de vizinhança;
- consórcio imobiliário.

É interessante observar que a utilização desses instrumentos está sempre vinculada à existência do Plano Diretor, o qual deverá ser discutido com a população em audiências públicas, revisto a cada dez anos e possuir um sistema de acompanhamento e controle. Foi dado o prazo de cinco anos a partir da data de publicação da lei, para que os municípios aprovelem seus planos diretores.

Os instrumentos que integram a lei possibilitam novos arranjos para o desenvolvimento urbano, entre eles:

1. Com a criação dos institutos do parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano não edificado, a definição de áreas urbanas adensáveis e não adensáveis, segundo a disponibilidade de infra-estrutura urbana, associada à definição de parâmetros mínimos e máximos de utilização, para evitar a ocupação urbana de áreas não suficientemente equipadas, bem como a retenção especulativa de imóveis vagos ou subutilizados em áreas urbanas com infra-estrutura;
2. Com a transferência do direito de construir, a possibilidade de definição de áreas especiais para proteção ambiental ou para proteção do patrimônio cultural, associada à autorização para transferência do seu potencial construtivo, possibilitando a realização desse potencial e de seu valor em outro local;
3. A definição de áreas especiais destinadas à habitação de interesse social, onde poderá ser exigida sua urbanização ou ocupação compulsórias, para essa finalidade, sob pena de imposto territorial ou predial progressivo ou ato de desapropriação, com pagamento em títulos da dívida pública;

4. A autorização para outorga de direito de construir, com sua contrapartida de interesse social como fonte de novos recursos financeiros para habitação de interesse social, ou para equipamentos de infra-estrutura urbana ou para programas de reurbanização;
5. A realização de Estudos de Impacto de Vizinhança – EIV - para empreendimentos que pelo seu porte ou atividade possam causar algum tipo de impacto no seu entorno e exigência de reparação dos eventuais impactos sobre o ambiente urbano como fonte de novos recursos para infra-estrutura urbana, além da eventual contrapartida por danos a interesses difusos.

Uma inovação importante contida na legislação é a obrigatoriedade da participação popular no processo de elaboração dos Planos Diretores, garantindo que os diversos segmentos sociais participem nas atividades de planejar e gerir as políticas urbanas e territoriais. Nesse sentido o Plano Diretor é uma oportunidade para estabelecer um processo permanente de planejamento, avaliando ações e corrigindo rumos.

1.3. O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

A participação da sociedade no processo de elaboração do Plano implica na difusão das informações sobre o seu conteúdo e andamento. Para isso é importante a definição da política de comunicação do **PLANO DIRETOR MUNICIPAL**, de forma a:

- criar uma consciência coletiva sobre a necessidade de participar e apoiar o plano;
- explicar de forma clara o propósito do processo de planejamento e seus conceitos mais significativos;
- difundir os conteúdos e resultados do processo de planejamento;
- envolver os diversos meios de comunicação da cidade na difusão do processo de planejamento.

Nesse sentido, além das três Audiências Públicas estabelecidas pelo Termo de Referência, os relatórios produzidos pela consultoria foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para consulta e sugestões durante o processo de elaboração do plano, assim como foram realizadas reuniões com segmentos específicos da sociedade para o esclarecimento de dúvidas durante a elaboração do plano.

A programação das Audiências Públicas foi estruturada em duas partes:

- 1ª - exposição pela equipe contratada sobre a etapa em andamento do Plano e,
- 2ª - realização de dinâmicas de grupo com o objetivo de garantir uma efetiva participação da população.

As dinâmicas de grupo realizadas nas três audiências foram diferenciadas segundo o objetivo de cada uma delas:

1ª Audiência – objetivo: informativo e de percepção

- informações sobre o plano diretor para a população, de suas etapas e da forma de condução do processo participativo;
- a dinâmica de grupo foi realizada a partir de perguntas a serem respondidas sobre a percepção da população sobre o seu município, as suas potencialidades e deficiências.

2ª Audiência – objetivo: confronto do diagnóstico técnico da equipe com a

- percepção da população sobre o município;
- a dinâmica de grupo foi feita a partir da discussão das diretrizes e propostas preliminares.

3ª Audiência – objetivo: discussão das propostas e diretrizes assim como da

- legislação básica municipal, incluindo o processo de planejamento e gestão municipal.